

Estudantes bloqueiam reitoria da USP após impasse

Movimento cobra retomada das negociações sobre greve



Todas as entradas da reitoria da universidade, na capital paulista, ficaram bloqueadas

Estudantes da Universidade de SP ocuparam nesta quinta-feira (7) o prédio da reitoria da instituição, na Cidade Universitária, zona oeste da capital paulista, em meio à greve estudantil que já dura três semanas. A mobilização dos estudantes ocorreu após o encerramento das negociações entre representantes dos alunos e a gestão do reitor Aluisio Segurado.

O protesto começou ainda durante a madrugada, quando estudantes organizaram um bloqueio nas entradas do edifício administrativo. O grupo formou barreiras humanas diante da reitoria por volta das 5h e permaneceu concentrado no local ao longo da manhã.

A manifestação ganhou intensidade no período da tarde, quando estudantes convocaram um novo ato em frente ao prédio. Segundo relatos do movimento estudantil, a falta de retorno da universidade sobre

pedidos de retomada das negociações aumentou a tensão entre os participantes.

Por volta das 16h, manifestantes avançaram em direção à entrada principal da reitoria. O portão que dava acesso ao prédio foi derrubado durante a ação, permitindo a entrada dos estudantes nas dependências administrativas. A Polícia Militar foi acionada para acompanhar a ocorrência.

Os estudantes afirmam que tentam reabrir canais de diálogo com a administração central desde a semana passada, mas alegam não ter recebido respostas às tentativas de contato. O movimento reivindica a retomada imediata das negociações para encerrar a paralisação.

Em nota, a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da universidade criticou a invasão e classificou os atos registrados durante o protesto como incompatíveis com os princípios

de convivência acadêmica e diálogo institucional.

A greve estudantil tem como foco principal as políticas de permanência estudantil e assistência financeira. Entre as reivindicações apresentadas pelos alunos estão reajustes mais amplos nos auxílios pagos pela universidade, ampliação de bolsas e melhorias estruturais nos serviços oferecidos aos estudantes.

Como proposta para encerrar a paralisação, a reitoria anunciou reajustes nos benefícios do Programa de Apoio à Formação e Permanência Estudantil (Papfe), com correção baseada no índice IPC-Fipe. Pela proposta da Reitoria apresentada, o auxílio integral subiria de R\$ 885 para R\$ 912 mensais. Já o benefício parcial associado à moradia passaria de R\$ 330 para R\$ 340.

A universidade informou que o programa atende 17.587 estudantes de graduação e pós-

-graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O orçamento previsto para assistência estudantil em 2026, incluindo bolsas, restaurantes universitários, moradia e serviços de saúde, é de R\$ 461 milhões.

A administração central da USP também anunciou a criação de uma nova modalidade de bolsa voltada a estudantes ingressantes em situação de vulnerabilidade social.

Outras medidas apresentadas pela universidade envolvem mudanças nos restaurantes universitários. Entre as propostas estão a ampliação da oferta de refeições durante a semana, implementação de café da manhã e almoço aos sábados, contratação de funcionários e criação de grupos para avaliação da qualidade do serviço.

A pauta do movimento inclui ainda reivindicações relacionadas à inclusão e representatividade. A reitoria sugeriu a criação de grupos de trabalho para discutir po-

líticas de cotas voltadas a pessoas trans e indígenas nos processos seletivos da universidade.

Outro ponto debatido envolve a regulamentação do uso de espaços ocupados por centros acadêmicos e entidades estudantis. Uma proposta anterior da universidade previa regras de prestação de contas, critérios de transparência e possibilidade de revogação das permissões de uso dos locais. Após críticas do movimento estudantil, o texto acabou retirado de discussão.

Apesar das medidas apresentadas pela reitoria da Universidade, estudantes afirmam que a proposta de reajuste das bolsas permanece abaixo do necessário para garantir a permanência dos alunos de baixa renda na universidade. O movimento estudantil defende que o auxílio integral seja elevado para um valor próximo ao salário mínimo paulista, atualmente estimado em cerca de R\$ 1.804.

Família egípcia, com mulher grávida e filhos obtêm autorização para entrar no Brasil

Éric Ribeiro/Setur-SP

Uma mulher egípcia grávida de 36 semanas e seus dois filhos pequenos receberam autorização para entrar no Brasil após permanecerem por quase um mês retidos no Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo. A liberação ocorreu nesta quinta-feira (7), segundo informou a defesa da família.

A mulher e as crianças, de dois e cinco anos, deverão ser acolhidas por organizações de apoio a migrantes que acompanham o caso desde abril. O pai das crianças, um engenheiro civil egípcio de 31 anos, segue na área restrita do aeroporto enquanto aguarda análise de um pedido de visto humanitário pelas autoridades brasileiras.

A família desembarcou no Brasil no dia 08/04, em voo procedente da Arábia Saudita, mas foi impedida de ingressar no país. O homem foi

enquadrado em norma do Ministério da Justiça que prevê restrições à entrada de pessoas consideradas ameaça à segurança pública ou suspeitas de ligação com organizações criminosas, terrorismo, tráfico internacional e exploração sexual.

Segundo a defesa, o egípcio nega envolvimento com atividades ilegais e afirma ter sido condenado em seu país após participar de manifestações políticas realizadas em 2015 contra o governo do presidente Abdel Fattah al-Sisi. Após deixar o Egito, a família passou a viver no Bahrein antes de decidir buscar refúgio no Brasil em meio ao aumento das tensões no Oriente Médio.

Durante o período de retenção, os quatro permaneceram hospedados em um hotel localizado dentro da área restrita de embarque do aeroporto, sem autorização para circu-



Desembarque internacional no Aeroporto de Guarulhos

lar livremente fora do local. A situação da gestante mobilizou entidades de direitos humanos e organizações ligadas à pauta migratória.

Em meio à espera pela definição do caso, a mulher precisou ser

encaminhada a atendimento hospitalar após apresentar fortes dores abdominais. Exames apontaram um quadro de infecção urinária. O estado avançado da gravidez passou a ser um dos principais argumentos

apresentados pela defesa para solicitar a entrada imediata da família no Brasil, diante dos riscos de deslocamentos próximos ao parto.

A possibilidade de deportação para o Egito também gerava preocupação entre os familiares. O engenheiro alegou que poderia ser preso ao retornar ao país para cumprir a pena sobre protestos políticos.

O caso chegou à Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados. No fim de abril, o colegiado encaminhou pedidos ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública solicitando providências humanitárias e acompanhamento.

A comissão pediu que o caso fosse tratado sob perspectiva humanitária, com observância aos direitos fundamentais previstos em lei.